



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001193-62.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica**
 Requerente: **SERGIO CONSTANTINO e outro**
 Requerido: **COMPANHIA DE FORÇA E LUZ - CPFL**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que os autores questionam fatura relativa ao consumo de energia elétrica que a ré lhes emitiu, impugnando o seu valor, por abusivo.

De acordo com a petição inicial, tal fatura venceu em março de 2010 e tinha o valor de R\$ 930,79; está cristalizada no documento de fl. 17 e foi reconhecida pela ré nesses termos inclusive por intermédio do documento de fl. 88.

O montante atribuído à fatura trazida à colação é inquestionavelmente vultoso e a própria planilha apresentada pela ré a fl. 88 denota que gasto dos autores nesse patamar nunca ocorreu antes ou depois de março de 2010.

De qualquer sorte, foi dada oportunidade à ré comprovar que ele estava em consonância com outras faturas de períodos próximos (fl. 98), mas isso não sucedeu (fl. 100).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Assentadas essas premissas, reputo que tocava à ré a demonstração das razões concretas que teriam levado à emissão da fatura em nível tão elevado.

A relação jurídica estabelecida entre as partes é de consumo e como tal sucede a inversão do ônus da prova, na esteira do art. 6º, inc. VIII, do CDC.

Nesse sentido é a jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. ENERGIA ELÉTRICA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C.C. RESSARCIMENTO DE VALORES E INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. Concessionária prestadora do serviço que não se desincumbe de comprovar a razão do aumento brusco de consumo de energia elétrica, tampouco a existência de consumo não registrado. Incumbência da ré por se tratar de relação de consumo. Correção monetária que deve ser aplicada a partir da propositura da ação e juros de mora desde a citação. Sucumbência recíproca. Recurso parcialmente provido” (Apelação n. 0044265-47.2011.8.26.0602, rel. Des.**GILBERTO LEME**, j. 27/05/2014).

“Energia elétrica. Propositura de ação declaratória de inexigibilidade de débito. Valor cobrado a maior em apenas um mês. Fatura com valor desproporcional aqueles dos meses anteriores. Ação julgada procedente para declarar inexigível o débito. Consumo de aproximadamente 130 Kwh, ao mês e cobrança de 5.16 Kwh. Relação de consumo. Ré que não comprova o aumento abrupto e desproporcional. Recurso improvido. É lícito à concessionária dos serviços de energia elétrica interromper o fornecimento regular em caso de inadimplência. Mas, em caso de controvérsia do valor do débito, referente a apenas um mês, é dever da concessionária justificar o aumento desproporcional. Não o fazendo, a ação restou corretamente julgada procedente”. (Apelação n. 002074-68.2012.8.26.0596, rel. Des. **KIOITSI CHICUTA**, j. 14/1/2013).

“DECLARATÓRIA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA - CONSUMO ATÍPICO – AUSÊNCIA DE PROVAS A JUSTIFICAR O AUMENTO DO CONSUMO - RECURSO IMPROVIDO. Apresentando a conta de energia consumo atípico, transfere-se à concessionária o ônus exclusivo de evidenciar a legitimidade da cobrança” (Apelação n. 9219619-61.209.8.26.00, rel. Des. **RENATO SARTORELI**, j. 18/01/201).

Essa orientação aplica-se com justeza à hipótese vertente e como a ré não amealhou elementos consistentes que permitissem justificar o aumento elevado somente no mês impugnado é de rigor a conclusão de que a fatura não é inexigível.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Por outro lado, a inscrição dos autores perante órgãos de proteção ao crédito originou-se no cômputo dessa fatura por parte da ré para a quitação da dívida dos mesmos, a qual foi somada a outras faturas reconhecidamente devidas.

A ré em momento algum negou esse fato, tido em consequência por incontroverso.

Ora, é certo que com o reconhecimento da inexigibilidade da fatura aquela negatização deverá ser definitivamente excluída por via de consequência.

Deverá a ré fazer a cobrança das demais faturas, apenas e tão somente.

Por oportuno, assinalo que a forma de composição entre as partes não poderá ser aqui definida, até porque não se positivou com a indispensável segurança qual o valor exato do débito.

É relevante salientar, outrossim, que não se busca obrigar a ré a aceitar as condições porventura desejadas pelos autores, incumbindo a ela as providências necessárias para a estipulação da dívida e para sua cobrança, podendo aí sim surgir possível composição com os autores tendente a essa finalidade.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar inexigível a fatura mencionada na petição inicial, com vencimento previsto para 08/03/2010, no valor de R\$ 930,79, bem como para tornar definitiva a decisão de fls. 43/44, item 2.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 16 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**